

## Legislação

## Exigência do CNPJ

Luiz Augusto Germani\*

**O**S PRODUTORES rurais do estado de São Paulo estão sendo obrigados pela Secretaria da Fazenda do Estado a providenciar sua inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ, administrado pela Receita Federal.

A reação a essa exigência é de estranheza, pois o CNPJ foi criado pela Receita Federal para administrar as pessoas jurídicas, como um instrumento de controle de arrecadação dos tributos federais.

A sensação é a de que serão criadas novas obrigações tributárias que acarretarão, de forma travestida, um incremento na carga tributária do produtor rural pessoa física.

Conforme a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, o tratamento fiscal do produtor rural continuará a ser o de pessoa física diante da Receita Federal, de modo que a sincronização cadastral com a Secretaria da Receita Federal tem como objetivo a:

- Criação de um cadastramento eletrônico, para permitir e facilitar que as solicitações de inscrições, alterações e eventuais baixas cadastrais sejam procedidas via *internet*;
- Dar ao produtor rural mais agilidade no preenchimento de formulários em papel e inserção no Sistema de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF, sem a necessidade de deslocamento do produtor rural até os postos fiscais;
- Emissão conjunta de um número de CNPJ e de uma Inscrição Estadual, sem acarretar mais obrigações secundárias e, muito menos, principais (pagamento de tributo novo);

Como alguns produtores rurais têm dificuldades no uso computadores pessoais,

e não têm como contratar terceiros (contratores, por exemplo), a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo disponibilizará seus terminais eletrônicos nos Postos Fiscais Avançados e Mistos para que possam processar essas operações,

Assim, foi publicada a Portaria CAT nº 14, de 10.03.2006, que altera a Portaria CAT nº 92, de 23.12.1998, que estabeleceu para os contribuintes produtores rurais pessoas físicas a obrigatoriedade da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, por meio eletrônico, mediante uso dos programas do PGD – Programa Gerador do CNPJ e pela Receitanet, ambos disponíveis no *site* da Secretaria da Receita Federal – SRF.

Apesar do estabelecimento de “facilitadores” na lida com a administração pública fazendária, com a utilização do PGD e da Receitanet para quaisquer atualizações e alterações de dados cadastrais do produtor rural pessoa física, a Secretaria da Fazenda Estadual poderá, ainda, exigir a apresentação de documentos comprobatórios dos dados cadastrais informados no sistema, que deverão ser encaminhados, sob protocolo, fisicamente, ao fisco estadual.

Estão desobrigados da inscrição no CNPJ os:

1. Proprietários de imóveis rurais utilizados para lazer;
2. Produtores rurais com a produção:
  - a) usada integralmente para consumo próprio;
  - b) comercializada por terceiros ou recebidos em transferência de estabelecimento localizado em outra unidade da Federação;
3. Pecuaristas compradores e vendedores de bovinos e bufalinos, desde que os

animais permaneçam em seu poder por prazo inferior a 52 dias, quando em regime de engorda por confinamento, ou 138 dias nos demais casos.

Para a grande maioria dos produtores rurais restam algumas dúvidas quanto à legalidade da:

1. Instituição dessa obrigação acessória tributária
2. Pessoa física estar inscrita em um cadastro de pessoas jurídicas
3. Receita Federal, de alguma forma, utilizar-se do cadastro para fins de administrar a arrecadação de tributos federais, apesar de seu fim direcionar-se à administração tributária estadual

Em resposta, de forma seqüencial:

1. Sim, o fisco estadual pode instituir obrigação acessória tributária, principalmente sob a alegação de que facilitará a administração/arrecadação, sem prejudicar o contribuinte;
2. Sim, é legal, tendo em vista que tal cadastro nada mais é que um instrumento técnico da administração, não implicando, necessariamente, em tratamento tributário uniformizado de seus integrantes;
3. Não! A Receita Federal não poderá se utilizar de informações cadastrais destinadas ao estado de São Paulo, apesar de tais informações estarem à disposição em seu banco de dados cadastrais, por falta de sustentação legal.

Assim, qualquer ato da administração tributária federal que venha a se basear nos dados cadastrais do CNPJ de produtores rurais pessoas físicas do estado de São Paulo é anulável no Poder Judiciário. ■

\* Advogado. Prof. de Direito Agrário da FGV